

COMPANHIA TÉCNICA DE  
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

RESULTADOS  
2025

 energisa

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA  
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 19 de março de 2026 – A Administração da COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	69	33
Tributos a recuperar	5	3	86
Outros Créditos		1	
<b>Total do Circulante</b>		<b>73</b>	<b>119</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Tributos a recuperar	5	16	16
Depósitos judiciais	11	3.825	3.534
		<b>3.841</b>	<b>3.550</b>
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.841</b>	<b>3.550</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.914</b>	<b>3.669</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	7	2.092	2.056
Impostos e contribuições sociais	8	23	15
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	112	113
<b>Total do circulante</b>		<b>2.227</b>	<b>2.184</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	7	127.732	109.991
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	7.939	7.109
Partes relacionadas	6	7.085	6.246
Tributos diferidos	9	113.235	117.045
Outras contas a pagar		792	790
<b>Total do não circulante</b>		<b>256.783</b>	<b>241.181</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	2.965	2.345
Prejuízos acumulados		(262.111)	(242.661)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	6	4.050	620
<b>Total patrimônio líquido e recursos destinados para futuro aumento de capital</b>		<b>(255.096)</b>	<b>(239.696)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.914</b>	<b>3.669</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	13	(2.980)	(282)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(2.980)</b>	<b>(282)</b>
Receitas financeiras	14	291	251
Despesas financeiras	14	(20.571)	(17.636)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(20.280)</b>	<b>(17.385)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(23.260)</b>	<b>(17.667)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	3.810	3.184
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(19.450)</b>	<b>(14.483)</b>
<b>Prejuízo por ações - R\$</b>	15	<b>(46,53)</b>	<b>(3.088,06)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Prejuízo do exercício</b>	15	(19.450)	(14.483)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>		<b>(19.450)</b>	<b>(14.483)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2024</b>		<b>2.345</b>	<b>(228.178)</b>	-	<b>(225.833)</b>
Prejuízo do exercício	15	-	(14.483)	-	(14.483)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	-	-	620	620
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>2.345</b>	<b>(242.661)</b>	<b>620</b>	<b>(239.696)</b>
Aumento de capital conf. AGOE de 30 de abril de 2025	12	620	-	(620)	-
Prejuízo do exercício	15	-	(19.450)	-	(19.450)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	-	-	4.050	4.050
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>2.965</b>	<b>(262.111)</b>	<b>4.050</b>	<b>(255.096)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA  
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
(-) Insumos adquiridos de terceiros		<b>2.980</b>	<b>282</b>
Materiais, serviços de terceiros e outros	13	90	278
Outros custos operacionais	13	2.890	4
		<b>2.980</b>	<b>282</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(2.980)</b>	<b>(282)</b>
Depreciação		-	-
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>(2.980)</b>	<b>(282)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>305</b>	<b>263</b>
Receitas financeiras	14	305	263
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(2.675)</b>	<b>(19)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		(3.796)	(3.172)
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros	14	20.571	17.636
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Prejuízo do exercício	15	(19.450)	(14.483)
		<b>(2.675)</b>	<b>(19)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA  
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício	15	(19.450)	(14.483)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	(3.810)	(3.184)
Despesas com juros, variações monetárias – líquidas		1.967	1.604
Provisão para riscos cíveis		2.836	-
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Impostos a recuperar		96	(13)
Outros Créditos		(1)	-
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Fornecedores		17.777	15.203
Tributos e contribuições sociais e tributos diferidos		8	-
Cauções e depósitos vinculados		(291)	(232)
Pagamento provisão para riscos cíveis		(2.836)	-
Outras contas a pagar		2	2
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(3.702)</b>	<b>(1.103)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		1	30
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>		<b>1</b>	<b>30</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Mútuo com partes relacionadas		(45)	(55)
Pagamentos de empréstimos – juros	10	(268)	(268)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	4.050	620
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>3.737</b>	<b>297</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>36</b>	<b>(776)</b>
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4	33	809
Caixa e equivalentes de caixa finais	4	69	33
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>36</b>	<b>(776)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia Técnica de Comercialização de Energia**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1. Contexto operacional

A Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (“Companhia” ou “CTCE”) Companhia integrante do Grupo Energisa é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais, controlada pela Companhia Rede Energia Participações S/A (“REDE”). A sociedade tem por objetivo a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica.

A Companhia teve sua autorização para operar na comercialização de energia elétrica revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em 2025, a Companhia permanece proibida de comercializar energia elétrica. A Energisa S/A assumiu o controle indireto da Companhia em 2014, e vem apenas negociando suas dívidas com os credores e partes relacionadas.

Em 26 de novembro de 2012, a controladora Rede Energia Participações S/A (“REDE”), publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia.

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação da REDE e suas controladas vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da recuperação judicial.

Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei nº 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação, em decisão datada de 11 de outubro de 2016. Na sequência, o credor Banco do Nordeste do Brasil interpôs apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social da REDE e de suas controladas (Recuperadas), o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

Em julgamento realizado no dia 29 de julho de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, estando pendente o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Descrição	Valores
<b>= Saldo em 2023</b>	<b>101.631</b>
(+) Atualização <sup>(1)</sup>	3.520
Reversão Ajuste a Valor Presente <sup>(2)</sup>	13.376
(-) Pagamento	(961)
<b>= Saldo em 2024</b>	<b>117.566</b>
(+) Atualização <sup>(1)</sup>	3.521
Reversão Ajuste a Valor Presente <sup>(2)</sup>	16.009
(-) Pagamento	(961)
<b>= Saldo em 2025</b>	<b>136.135</b>

<sup>(1)</sup> Atualização de 1% a.a. aplicado sobre os saldos de fornecedores e de empréstimos e financiamentos habilitados na Recuperação Judicial na Opção “A”;

<sup>(2)</sup> **Ajuste a Valor Presente:** registrado pela Companhia para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial, opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e C. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição da Companhia.

### 1.1 Capital circulante líquido negativo

A Companhia apresentou em 2025, patrimônio líquido negativo no montante de R\$255.096 (R\$239.696 em 2024) e capital circulante líquido negativo de R\$2.154 (R\$2.065 em 2024), ocasionado principalmente por parcelas de curto prazo de contas a pagar. A Administração considera que a necessidade de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora indireta Energisa S/A.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se aos registros dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 - Tributos a recuperar: recuperação ou compensação de impostos e contribuições efetuadas a maior;
- II. Nota explicativa nº 11 - Provisões para riscos cível: estimativa de perda em processos; e
- III. Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

### 3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Ajuste a valor presente:** determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;
- c. **Tributos a recuperar:** referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- d. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante):** os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- e. **Transações com partes relacionadas - Remuneração dos administradores:** a remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) – Divulgações de Partes Relacionadas;
- f. **Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com

tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

- g. Empréstimos e financiamentos:** são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- h. Provisões:** uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

#### **i. Instrumentos financeiros**

##### ***Ativos financeiros***

Reconhecimento inicial e mensuração: são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente: para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida, a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se

a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

#### **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 16.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa para os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

#### **Passivos financeiros**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração: os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente: a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Classificação e Mensuração	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros ao custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

- j. **Demonstração do valor adicionado**: preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

## 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board

### (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método, já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e crédito de descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### (ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração; e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como, informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos, estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	69	33
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>69</b>	<b>33</b>

#### 5. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	16	99
Contribuições ao PIS e à COFINS	3	3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>102</b>
<b>Circulante</b>	<b>3</b>	<b>86</b>
<b>Não circulante</b>	<b>16</b>	<b>16</b>

## 6. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A que detém 100% do capital total, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (99,80% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Passivo	Receita (despesa) Financeira	Recursos destinados a futuro aumento de capital <sup>(2)</sup>
Energisa S/A <sup>(1)</sup>	(7.085)	(884)	-
Rede Energia Participações S/A	-	-	(4.050)
<b>2025</b>	<b>(7.085)</b>	<b>(884)</b>	<b>(4.050)</b>
<b>2024</b>	<b>(6.246)</b>	<b>(647)</b>	<b>(620)</b>

<sup>(1)</sup> Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,9159 a.a. (CDI +0,9159 a.a. em 2024);

<sup>(2)</sup> Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

## 7. Fornecedores

	2025	2024
Credores opção A em Recuperação Judicial <sup>(1)</sup>	21.366	19.226
Credores opção C em Recuperação Judicial <sup>(2)</sup>	106.719	91.118
Materiais e Serviços	1.739	1.703
<b>Total</b>	<b>129.824</b>	<b>112.047</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.092</b>	<b>2.056</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>127.732</b>	<b>109.991</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se aos credores que no Plano de Recuperação Judicial fizeram opção para recebimento de seus créditos em 22 anos (Opção "A"). Sobre esse saldo devedor foi aplicado o desconto a valor presente utilizando uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos;

<sup>(2)</sup> Referem-se aos credores que no Plano de Recuperação Judicial fizeram opção para recebimento de seus créditos a vista (Opção "C"). A Companhia renegociou sua dívida referente a recuperação judicial com a Energisa S/A, que efetuou o pagamento de uma parcela à vista aos credores da Companhia.

## 8. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS, COFINS, CSLL)	22	14
Contribuições ao PIS e à COFINS	1	1
<b>Total - Circulante</b>	<b>23</b>	<b>15</b>

## 9. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$202.037 (R\$199.602 em 2024) em razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização no horizonte de projeção considerado.

	2025	2024
<b>Passivo</b>		
<b>Diferenças temporárias</b>		
Imposto de renda	(83.261)	(86.062)
Contribuição social	(29.974)	(30.983)
<b>Total – passivo não circulante</b>	<b>(113.235)</b>	<b>(117.045)</b>

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Passivo</b>				
Ajuste a valor presente (AVP)	(333.044)	(113.235)	(344.251)	(117.045)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	(23.260)	(17.667)
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais</b>	<b>7.908</b>	<b>6.007</b>
<b>Ajustes:</b>		
Créditos tributários não constituídos no exercício	(4.098)	(2.823)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>3.810</b>	<b>3.184</b>
Alíquota efetiva	16,38%	18,02%

## 10. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Ajuste a Valor Presente	Saldos em 2025
<b>Moeda Nacional</b>					
Pré Fixado	7.222	(268)	269	828	8.051
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>7.222</b>	<b>(268)</b>	<b>269</b>	<b>828</b>	<b>8.051</b>
<b>Circulante</b>	<b>113</b>				<b>112</b>
<b>Não circulante</b>	<b>7.109</b>				<b>7.939</b>

	Saldos em 2023	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Ajuste a Valor Presente	Saldos em 2024
<b>Moeda Nacional</b>					
Pré Fixado	6.501	(268)	270	719	7.222
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>6.501</b>	<b>(268)</b>	<b>270</b>	<b>719</b>	<b>7.222</b>
<b>Circulante</b>	<b>112</b>				<b>113</b>
<b>Não circulante</b>	<b>6.389</b>				<b>7.109</b>

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos financeiros (% a.a.)	Encargos swap ponta passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Garantias
	2025	2024						
Credores "RJ"	8.051	7.222	1,0% a.a. (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	N.A.
Total em Moeda Nacional	8.051	7.222						
<b>Total</b>	<b>8.051</b>	<b>7.222</b>						

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos programados para novembro de 2035, conforme acordo de recuperação judicial.

## 11. Provisões para riscos cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos, decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria cível.

	Cível	2025
<b>Saldo em 2023 e 2022</b>	-	-
Provisões e reversões líquidas	2.836	2.836
Pagamentos	(2.836)	(2.836)
<b>Saldo em 2025 e 2024</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$3.825 (R\$3.534 em 2024). Não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser possível ou remoto.

### Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de natureza cível em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

	Cível	2025	2024
<b>Saldos em 2023 e 2022</b>	<b>47.893</b>	<b>47.893</b>	<b>48.849</b>
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(202)	(202)	(3.341)
Encerramento de processos	(46.690)	(46.690)	-
Atualização monetária	2.090	2.090	2.385
<b>Saldos em 2025 e 2024</b>	<b>3.091</b>	<b>3.091</b>	<b>47.893</b>

Abaixo, apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis.

## Cível

Tipo de Ação	Processo	Objeto	2025	2024
Arbitragem	07_2021	Processo de arbitragem movido por prestadora de serviço para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. A Administração entende que havendo condenação o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE. Processo encerrado.	-	44.736

## 12. Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$2.965 (R\$2.345 em 2024) representado por 624.690 ações ordinárias (4.690 em 2024) sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$620, passando o capital social da Companhia de R\$2.345 para R\$2.965, mediante a emissão de 620.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$1,00 (um real) por ação.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Rede Energia Participações S.A., mediante a capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

## 13. Despesas operacionais

As despesas operacionais especificadas na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do Gasto	Despesas gerais e administrativas	Total	
		2025	2024
Serviços de terceiros	90	90	278
Provisões para riscos cíveis e fiscais	2.836	2.836	-
Outras	54	54	4
	<b>2.980</b>	<b>2.980</b>	<b>282</b>

## 14. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receita de aplicações financeiras	1	30
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(14)	(12)
Juros Selic sobre impostos a recuperar	13	2
Outras	291	231
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>291</b>	<b>251</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos de dívidas – variação monetária e cambial	(269)	(270)
Despesas bancárias/IOF	(155)	(93)
Atualização de mútuo	(884)	(647)
Atualização credores opção "A" – empréstimos e fornecedores	(3.521)	(3.273)
Reversão ajuste a valor presente – opção "A" e "C"	(16.009)	(13.376)

	2025	2024
Outras	267	23
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(20.571)</b>	<b>(17.636)</b>
<b>Receitas e Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(20.280)</b>	<b>(17.385)</b>

## 15. (Prejuízo) por ação

Resultado básico por ação	2025	2024
<b>Numerador</b>		
(Prejuízo) do exercício	(19.450)	(14.483)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de número de ações	418	4,69
<b>(Prejuízo) básico em R\$ por ação</b>	<b>(46,53)</b>	<b>(3.088,06)</b>

## 16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### 16.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise, e não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		69	69	33	33
		<b>69</b>	<b>69</b>	<b>33</b>	<b>33</b>

PASSIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		129.824	129.824	112.047	112.047
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		8.051	8.051	7.222	7.222
Débito com partes relacionadas		7.085	7.085	6.246	6.246
		<b>144.960</b>	<b>144.960</b>	<b>125.515</b>	<b>125.515</b>

## Não derivativos – classificação e mensuração

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

**Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

**Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:** os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

## 16.2 Gerenciamento dos riscos

### Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 6). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

## Diretoria Executiva

---

**Ricardo Perez Botelho**

Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**

Diretor Vice-presidente Executivo

**Leandro Issao Tsunechiro**

Diretor

**Rodolfo da Paixão Lima**

Contador

CRC/RJ nº 107310/0

# **Companhia Técnica de Comercialização de Energia**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Companhia Técnica de Comercialização de Energia  
Cataguases - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Técnica de Comercialização de Energia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na qual a Companhia divulga que teve sua autorização para operar na comercialização de energia elétrica revogada por meio da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia permaneceu proibida de comercializar energia elétrica. A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025 patrimônio líquido negativo no montante de R\$255.096 mil (R\$239.696 mil em 2024) e capital circulante líquido negativo de R\$2.154 mil (R\$2.065 mil em 2024), ocasionado principalmente por parcelas de curto prazo de contas a pagar. A Diretoria considera que a necessidade de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia será garantida pela controladora indireta Energisa S.A. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante, o que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Outros assuntos

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4